



PROJETO DE LEI Nº 035/2024

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.423/1999, QUE DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALEGRE-ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. As alíneas “b” e “d” do art. 4º da Lei Municipal nº 2.423/1999 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º -.....

a).....

b) Um representante de pais de alunos da rede pública municipal de ensino e um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alegre (APAE);

c).....

d) Um representante do Conselho da Criança e do Adolescente de Alegre (COMCRIA) e um representante dos profissionais da Educação Inclusiva das Instituições escolares da rede pública municipal de ensino, por indicação dos órgãos competentes.

e).....

f).....

g).....

Art. 2º. O caput do art.5º da Lei Municipal nº 2.423/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º – O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de quatro anos, permitida a recondução por uma vez consecutiva.



Art. 3º. O caput do art. 10 da Lei Municipal nº 2.423/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, escolhidos dentre os Conselheiros nomeados, serão eleitos por período de quatro anos, podendo ser reeleitos para um período de mandato consecutivo.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alegre/ES, 18 de outubro de 2024.


NEMROD EMERICK - NIRRÔ
Prefeito Municipal de Alegre